



**CONTRATO DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº**  
**574/2015**

**O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPAMERI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 07.777.639/0001-27, com sede na cidade de Ipameri - GO, à Avenida Pandiá Calógeras, nº 84, centro, Palácio Entre Rios, representado por seu Gestor Público em exercício, Sr. **JÂNIO ANTÔNIO CARNEIRO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Santa Cecília, Bairro Santa Cecília, Centro, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade n.º 633117 - DGPC/GO e do CPF/MF n.º 217.481.951-15, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**; e de outro lado **JOÃO PAULO SILVA INACIO**, brasileiro, portador do CPF nº 041.567.011-07, RG nº 6.047.568 SSP/GO, residente e domiciliado (a) na cidade de Ipameri, à Rua 14, Qd. 06, Lt. 08, s/nº, Conj. Dionizia Martins Peixoto, doravante denominado (a) simplesmente **CONTRATADO(A)**, nos termos e condições da **RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 017/98** de 04 de novembro de 1998 do **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS** com as condições do **EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2015**, contrata o(a) profissional, para o interesse predominante do Município e com o visto de dotar a Administração Municipal de instrumentos capazes de atender satisfatoriamente as necessidades de seus municípios, para prestar os seus serviços no âmbito da municipalidade, que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO e NORMAS PARA EXECUÇÃO**

**1.1** - O objeto do presente ajuste é a prestação dos serviços pelo (a) **CONTRATADO (A)** na função de **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS**.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**2.1** - Na execução dos serviços discriminados na cláusula primeira, serão obedecidas rigorosamente as normas estabelecidas neste instrumento e no Edital de Credenciamento nº 001/2015, bem como as regras legais dos serviços profissionais contratados.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

**3.1** - Pelos serviços prestados a **CONTRATADA**, receberá o valor de R\$ 1.014,00 (hum mil e quatorze reais) acrescidos de 20% (vinte por cento) de adicional de insalubridade, perfazendo o valor de R\$ 1.216,80 (hum mil, duzentos e dezesseis reais e oitenta centavos) mensais por 40 horas trabalhadas semanais. Estima-se o valor global do presente ajuste em R\$ 17.521,92 (dezessete mil, quinhentos e vinte e um reais e noventa e dois centavos).

**CLÁUSULA QUARTA – DO PERÍODO DE VIGÊNCIA**



4.1 - O período de vigência do presente contrato se dará por 12 (doze) meses, a contar de **02 de janeiro de 2016** até **31 de dezembro de 2016**.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

5.1 - As despesas decorrentes do presente pacto laboral, ora ajustado, serão empenhadas na seguinte dotação:

| <b>UNID.</b> | <b>FUNCIONAL</b>                                                     | <b>F. RECURSOS</b> | <b>ORIGEM</b> | <b>FICHA</b> | <b>CD/DESCRIÇÃO</b>                        |
|--------------|----------------------------------------------------------------------|--------------------|---------------|--------------|--------------------------------------------|
| 1301         | 10.305.0241.2075<br>MANUTENÇÃO DO<br>PROGRAMA DE<br>COMBATE A DENGUE | 114                | SUS           | 20160750     | 339036 OUTROS<br>SERVIÇOS<br>PESSOA FÍSICA |

#### **CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DOS CONTRATANTES, DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DA MULTA.**

6.1 - Compete o (a) **CONTRATADO (A)** e sob a sua responsabilidade a fé, admitida à veracidade ideológica documental, a exibição da documentação formal probatória de sua contratação e registro para os exercícios profissionais, nos termos e condições do que dispuser a lei vigente aplicável à matéria, conferindo ao **CONTRATANTE** a responsabilidade dos componentes procedimentos complementares nos termos da Lei nº 8.666/93, legislação que regulamenta a profissão do (a) **CONTRATADO (A)** e Instruções Normativas do E. TCM.

6.2 – O (A) **CONTRATADO (A)** se obriga a:

- a) realizar o serviço na forma pactuada;
- b) prestar serviços em consonância com as orientações da FUNASA e com o Departamento de Vigilância Epidemiológica;
- c) fazer vistoria em residências, depósitos, terrenos baldios e estabelecimentos comerciais para buscar focos endêmicos;
- d) realizar a inspeção cuidadosa de caixa d'água, calhas e telhados;
- e) aplicar larvicidas e inseticidas quando necessários;
- f) orientar quanto a prevenção e tratamento de doenças infecciosas, e sobre os perigos da dengue, principalmente quando da iminência do foco de dengue;
- g) registrar todo o itinerário de visitas e estatística dos focos no preenchimento dos formulários e encaminhá-los a FUNASA;
- h) zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho.

6.3 - O **CONTRATANTE** se obriga a:

- a) efetuar pontualmente os pagamentos, conforme o disposto na Cláusula Terceira deste instrumento;
- b) fornecer todo o material, instrumental, local e pessoal auxiliar destinado à execução dos serviços.



**6.4** - Na hipótese de ocorrência de descumprimento, de qualquer regra estabelecida nas cláusulas do presente ajuste, pelo (a) CONTRATADO (A), por não atendimento de serviços determinados pelo CONTRATANTE, importará em rescisão unilateral e automática, sem prejuízos das sanções penais, conforme dispuser a legislação vigente aplicável à matéria posta.

**6.5** - Em caso de inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o (a) CONTRATADO (A), garantindo-se prévia defesa, às seguintes sanções:

a) advertência;

b) suspensão temporária do direito de participar de licitações promovidas pelo Município de Ipameri e impedimento de contratar com o mesmo por um prazo de 03 (três) meses a 02 (dois) anos;

c) rescisão, com as consequências contratuais previstas em lei.

**6.6** - Fica estipulado uma multa de 2% (dois por cento) do total deste instrumento para qualquer das partes que o descumprir no seu todo ou em parte.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO e RESCISÃO DO PRESENTE INSTRUMENTO**

**7.1** – O contrato poderá ser alterado:

**7.1.1** – unilateralmente, pelo CONTRATANTE, quando:

a) for necessária à modificação da amplitude contratual, decorrente de acréscimo ou supressão quantitativa de seu objeto, observando-se, neste caso, o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

**7.1.2** – por acordo entre as partes, quando:

a) for necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância superveniente, mantida o valor e as condições de pagamento iniciais;

b) for necessário restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos do contrato e a retribuição da administração, para a justa remuneração dos bens, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

**7.2** - Ficarão o presente contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a) interrupção dos serviços;

b) desaparecimento, incapacidade técnica ou má-fé do (a) CONTRATADO (A);

c) cessão do contrato ou subcontratação no todo ou em parte.

**7.3** - Fica reconhecido no presente instrumento os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA OITAVA – VINCULAÇÃO AO EDITAL**



**8.1** – O presente contrato fica vinculado aos dispositivos da Lei n.º 8.666/93, de 21/06/93 e o (a) CONTRATADO (A) reconhece, para todos os efeitos, a vinculação deste contrato ao Edital Credenciamento n.º 001/2015 e RN n.º 012/2014 TCM/GO.

**8.2** – O (A) CONTRATADO (A) obriga a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade das obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento.

#### **CLÁUSULA NONA – NATUREZA**

O presente contrato tem a natureza de prestação de serviços com remuneração pelos serviços prestados, não constituindo vínculo empregatício nem qualquer outra relação trabalhista.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

Para dirimir qualquer dúvida e declarar direitos, que se fizerem necessários no decorrer, da execução do presente ajuste, fica eleito o Foro da Comarca de Ipameri, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem bastante e por acharem justos e mutuamente acordados, as partes acima qualificadas, firma o presente em 03 (três) vias de igual teor e conteúdo, para o mesmo fim, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e qualificadas como abaixo se vê:

**GABINETE DO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPAMERI - Goiás**, aos 30 (trinta) dias do mês de dezembro de 2.015.

**JÂNIO ANTÔNIO CARNEIRO**  
Gestor do Fundo Municipal da Saúde em Exercício

**JOÃO PAULO SILVA INACIO**  
Contratado (a)

#### **TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_

CPF:

2. \_\_\_\_\_

CPF: